

terizado a unicidade de objeto, convergência e inter-relacionamento dos assuntos tratados nos processos de nºs 08620-001.858/03, 08620-002.058/03, 08620-001.392/03, 08620-01.768/03, 08620-001.391/03 e 08620-001.396/03, ANULO A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA nos presentes autos e determino o retorno dos mesmos à FUNAI para que sejam os referidos processos apensados e instaurada nova Sindicância Administrativa única, retomando os procedimentos.

Processo nº 08620-001.858/03. Assunto: Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria SE/MJ nº 1.185, de 4.11.2004. Interessado: Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Despacho: Deixo de acolher o Relatório Final, fls. 103/107, em face do parcial extrapolamento do objeto a que se destinava a sindicância. Outrossim, estando caracterizado a unicidade de objeto, convergência e inter-relacionamento dos assuntos tratados nos processos de nºs 08620-001.547/03, 08620-002.058/03, 08620-001.392/03, 08620-01.768/03, 08620-001.391/03 e 08620-001.396/03, ANULO A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA nos presentes autos e determino o retorno dos mesmos à FUNAI para que sejam os referidos processos apensados e instaurada nova Sindicância Administrativa única, retomando os procedimentos.

Processo nº 08620-002.058/03. Assunto: Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria SE/MJ nº 1.186, de 4.11.2004. Interessado: Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Despacho: Deixo de acolher o Relatório Final, fls. 119/135, em face do parcial extrapolamento do objeto a que se destinava a sindicância. Outrossim, estando caracterizado a unicidade de objeto, convergência e inter-relacionamento dos assuntos tratados nos processos de nºs 08620-001.547/03, 08620-001.858/03, 08620-001.392/03, 08620-01.768/03, 08620-001.391/03 e 08620-001.396/03, ANULO A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA nos presentes autos e determino o retorno dos mesmos à FUNAI para que sejam os referidos processos apensados e instaurada nova Sindicância Administrativa única, retomando os procedimentos.

Processo nº 08620-001.392/03. Assunto: Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria SE/MJ nº 1.187, de 4.11.2004. Interessado: Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Despacho: Deixo de acolher o Relatório Final, fls. 126/141, em face do parcial extrapolamento do objeto a que se destinava a sindicância. Outrossim, estando caracterizado a unicidade de objeto, convergência e inter-relacionamento dos assuntos tratados nos processos de nºs 08620-001.547/03, 08620-001.858/03, 08620-002.058/03, 08620-01.768/03, 08620-001.391/03 e 08620-001.396/03, ANULO A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA nos presentes autos e determino o retorno dos mesmos à FUNAI para que sejam os referidos processos apensados e instaurada nova Sindicância Administrativa única, retomando os procedimentos.

Processo nº 08620-01.768/03. Assunto: Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria SE/MJ nº 1.189, de 4.11.2004. Interessado: Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Despacho: Deixo de acolher o Relatório Final, fls. 191/207, em face do parcial extrapolamento do objeto a que se destinava a sindicância. Outrossim, estando caracterizado a unicidade de objeto, convergência e inter-relacionamento dos assuntos tratados nos processos de nºs 08620-001.547/03, 08620-001.858/03, 08620-002.058/03, 08620-001.392/03, 08620-001.391/03 e 08620-001.396/03, ANULO A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA nos presentes autos e determino o retorno dos mesmos à FUNAI para que sejam os referidos processos apensados e instaurada nova Sindicância Administrativa única, retomando os procedimentos.

Processo nº 08620-001.396/03. Assunto: Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria SE/MJ nº 1.190, de 4.11.2004. Interessado: Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Despacho: Deixo de acolher o Relatório Final, fls. 261/276, em face do parcial extrapolamento do objeto a que se destinava a sindicância. Outrossim, estando caracterizado a unicidade de objeto, convergência e inter-relacionamento dos assuntos tratados nos processos de nºs 08620-001.547/03, 08620-001.858/03, 08620-002.058/03, 08620-001.392/03, 08620-01.768/03 e 08620-001.391/03, ANULO A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA nos presentes autos e determino o retorno dos mesmos à FUNAI para que sejam os referidos processos apensados e instaurada nova Sindicância Administrativa única, retomando os procedimentos.

PAULO MACHADO  
Substituto

Em 12 de abril de 2005

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 145, de 26 de janeiro de 2004, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País à Delegada de Polícia Federal VALQUIRIA SOUZA TEIXEIRA DE ANDRADE, Coordenadora-Geral de Polícia Fazendária da Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal - DPF, para participar da "IX Sessão da Comissão Mista Brasil-União Européia", na cidade de Bruxelas, Bélgica, no período de 11 a 16 de abril de 2005, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08200.007020/2005-80).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 145, de 26 de janeiro de 2004, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País à servidora IZAURA MARIA SOARES MIRANDA, Diretora do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça, para participar do "81º Encontro da Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL, Bolívia, Chile e Peru", na cidade de Assunção, Paraguai, no período de 12 a 16 de abril de 2005, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08015.001091/2005-66).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 145, de 26 de janeiro de 2004, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País ao servidor MÁRCIO PEREIRA PINTO GARCIA, Diretor-Adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça, para participar do "81º Encontro da Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL, Bolívia, Chile e Peru", na cidade de Assunção, Paraguai, no período de 12 a 16 de abril de 2005, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08015.001094/2005-08).

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

#### RETIFICAÇÕES

Nas portarias nºs: 417 e 418, publicadas no Diário Oficial da União nº 68, de 11 de abril de 2005, Seção 2, página 20, onde se lê: "... Prorrogar por trinta dias...", leia-se: "... Prorrogar por tinta dias, a partir de 13 de abril de 2005,..."

Na Portaria nº 419, de 8 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2005, seção 2, pag. 20, onde se lê: Cargo: Agente Administrativo, leia-se: Cargo: Datilógrafo.

#### SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

##### PORTARIA Nº 79, DE 11 DE ABRIL DE 2005

A COORDENADORA-GERAL DE RECURSOS HUMANOS, SUBSTITUTA, DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo artigo 1º, item III, alínea "d", da Portaria Ministerial nº 957, de 27 de agosto de 2004, publicada no Diário Oficial de 30 seguinte, resolve:

Conceder Pensão Temporária a WALMIR SANTOS SILVA, filho do ex-servidor WALDY SILVA, matrícula SIAPE nº 0749690, aposentado do Quadro Permanente deste Ministério, no cargo de Técnico Nível Médio, classe A, padrão III, a partir de 16.12.2004, de acordo com o disposto no artigo 217, inciso II, alínea "a", combinado com o artigo 215, ambos da Lei 8.112/90, com a redação dada pelo artigo 1º, § 7º, inciso I, da EMC. nº 41/2003. (Proc. 08007.000600/2005-32)

ELIANA AMORIM SOARES

#### DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

##### PORTARIA Nº 24, DE 12 DE ABRIL DE 2005

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO, EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, resolve:

I - Declarar a existência das vagas abaixo para o cargo de Defensor Público da União, a serem preenchidas, alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento, na forma dos arts. 30 e 31, da Lei Complementar nº 80/94:

- cinco (05) vagas na 1ª Categoria, em decorrência das promoções de Alexandre Lobão Rocha, Eliane Ottoni de Luna Freire Malta, Mariza Pereira do Couto, Benedito Gomes Ferreira e Airtton Fernandes Rodrigues. A lotação dar-se-á de acordo com o art. 21, da Lei Complementar nº 80/94, nos Tribunais Regionais Federais, sendo duas (02) vagas para a 1ª Região, com sede em Brasília/DF, uma (01) vaga na 3ª Região, com sede em São Paulo/SP e duas (02) vagas na 4ª Região, com sede em Porto Alegre/RS;

- oito (08) vagas na Categoria Especial, em decorrência das aposentadorias de Edgar Leite dos Santos, Reinaldo Silva Coelho, Suely Pereira Ferreira, Clarice Costa Kovacs, Ana Maria David Cortez, Adhemar Marcondes de Moura, Benedito de Jésus Pereira Tavares e Airtton Fernandes Rodrigues. A lotação dar-se-á de acordo com o art. 22 da Lei Complementar nº 80/94.

II - O prazo para manifestação de interesse a promoção é de quinze (15) dias, a partir da data da publicação desta Portaria.

MARINA DA SILVA STEINBRUCH

#### DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

##### PORTARIA Nº 469, DE 11 DE ABRIL DE 2005

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 34 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria MJ 1300, de 4.9.2003, publicada no DOU nº 172, de 5.9.2003; da competência que lhe foi subdelegada pelo artigo 2º, inciso I, da Portaria nº 77/DG, de 28.1.2004, publicada no Boletim de Serviço nº 20, de 29.1.2004, e em cumprimento ao Acórdão proferido nos autos da Apelação Cível nº 2002.34.00.033150-0/DF - TRF 1ª Região (protocolo nº 08200.006453/2005-18), resolve:

Nomear as candidatas THATIANA DE ARAÚJO MIRANDA, no código de vaga nº 0760977, decorrente da vacância do cargo ocupado por Bruno Ribeiro Castro, publicada no DOU nº 45, de 8.3.2003; e SÔNIA REGINA CUNHA, no código de vaga nº 0760971, decorrente da vacância do cargo ocupado por Alexandre Nora Andrade, publicada no DOU nº 210, de 29.10.2003, para exercerem o cargo efetivo de Escrivão de Polícia Federal, terceira classe, da Carreira Policial Federal, criada pelo Decreto-Lei nº 2.251, de 26.2.1985, reorganizada pela Lei nº 9.266, de 15.3.1996, e alterada pela Medida Provisória nº 312, de 9.9.2004; em razão do concurso público instituído pelo Edital nº 45/2001-ANP/DRS, de 31.10.2001, publicado no DOU nº 210, em 1.11.2001; e de acordo com o Edital nº 5, de 29.5.2003, publicado no DOU nº 103, em 30.5.2003, que homologou o resultado final do XXIII Curso de Formação Profissional de Escrivão de Polícia Federal.

JOSÉ ROBERTO ALVES DOS SANTOS

##### PORTARIA Nº 474, DE 12 DE ABRIL DE 2005

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 34 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria MJ nº 1300, de 4.9.2003, publicada no DOU nº 172, de 5.9.2003; da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, item I, da Portaria DG/DPF nº 291, de 7.5.2004, publicada no DOU nº 89, de 11.5.2004; e tendo em vista o que consta do processo nº 08064.002773/2005-19, resolve:

Declarar vago, a partir de 10.3.2005, de acordo com o art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, o cargo de Administrador, Classe A, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, ocupado por LEONARDO FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE 1476580, em virtude de posse em outro cargo inacumulável.

JOSÉ ROBERTO ALVES DOS SANTOS

#### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1377, de 21.10.2004, publicada no DOU nº 204, de 22.10.2004, página 17, na linha referente a Jose Dilson Gomes de Moura, onde se lê Código de vaga nº 0079251, leia-se: Código de vaga nº 0020285.

#### SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

##### PORTARIA Nº 15, DE 11 DE ABRIL DE 2005

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 3º e 4º da Portaria Ministerial Nº 378, de 21 de março de 2005, resolve:

1º. Nomear os representantes institucionais como membros titulares e suplentes, respectivamente, do Grupo de Trabalho instituído para subsidiar a regulamentação da classificação indicativa da programação de televisão:

I - Ministério da Justiça, representado por Cláudia Maria de Freitas Chagas e José Eduardo Elias Romão;

II - Ministério da Cultura, representado por João Batista da Silva e Lisiane Aguiar Taquary de Oliveira;

III - Ministério da Educação, representado por Marcos Dantas Loureiro e Sérgio Roberto Kieling Franco;

IV - Ministério das Comunicações, representado por Sérgio Luiz de Moraes Diniz e Jean Claude Frederic Frajmund;

V - Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica - SECOM, representada por Jorge Antônio Menna Duarte e Marcelo Coelho Aguiar;

VI - Secretaria Especial de Direitos Humanos, representada por Tarcísio Ildefonso Costa Júnior e Valéria Tavares Rabelo;

VII - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, representado por Thereza de Lamare Franco Netto e Sandra Maria Francisco de Amorim;

VIII - Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, representada por Dep. Chico Alencar e por Dep. Orlando Fantazzini;

IX - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, representada por Fernando de Almeida Martins e Márcia Morgado Miranda Weinchenker;

X - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, representada por Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros e Marta Marília Tonin;